



CENTRO DE HUMANIDADES-CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

O uso do Patrimônio Público como Memória: na cidade de Caiçara

Alan da Silva Primo

Guarabira - PB
2016

Alan da Silva Primo

**O uso do Patrimônio Público como Memória: na cidade
de Caiçara**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como exigência para obtenção do título de Graduado em História. Sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto.

Guarabira - PB
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S586u Silva Primo, Alan da

O uso do patrimônio público como memória: na cidade de Caiçara / Alan da Silva Primo. – Guarabira: UEPB, 2016.

37 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto”.

1. Patrimônio Público. 2. Caiçara. 3. História da Paraíba. I.Título.

22.ed. CDD 981.33

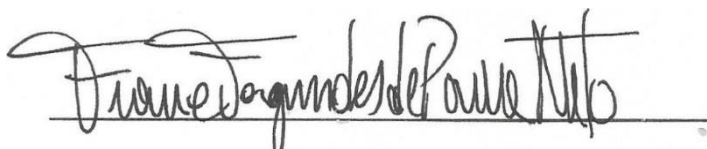
ALAN DA SILVA PRIMO

O uso do Patrimônio Público como Memória: na cidade de Caiçara

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito parcial para cumprimento do curso de Licenciatura Plena em História.

Aprovado em 19 / 05 / 16.

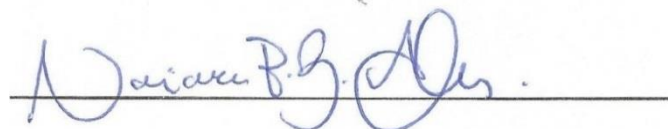
Banca Examinadora



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto/ UEPB
(Orientador)



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa/ UEPB
(Examinador)



Profa. Ms. Naiara Ferraz Bandeira Alves/ UEPB
(Examinador)

A minha amada e querida mãe Josenilda, carinhosamente conhecida como Dona Branca (in memoriam) por todos os ensinamentos, por todo o esforço que ela fez para que eu pudesse chegar até aqui, minha eterna gratidão. Infelizmente ela não está mais aqui para vivenciar a realização deste sonho que também é dela, mas sei que onde ela estiver estará torcendo por mim. **Dedico.**

Agradecimentos

Quero agradecer primeiramente a Deus por todas as bênçãos alcançadas em minha vida e por me guiar e proteger nesta grande odisséia que é a vida.

Quero agradecer também a minha família em especial a minha amada mãe, que infelizmente já não está no meio de nós, ela foi o pilar de sustentação que me trouxe até aqui, foi minha base que me ensinou os bons costumes, a moral e o respeito, me tornou quem eu sou hoje, a senhora minha mãe minha eterna gratidão, aos meus avós, minhas irmãs e familiares que sempre me apoiaram para que pudesse realizar este objetivo.

Agradeço também a minha noiva Ana Laryssa por todo o incentivo e apoio que me deu e por estar sempre ao meu lado me ajudando a conquistar meus objetivos, minha gratidão a você meu amor.

Agradeço a todos os meus amigos que acompanharam de perto minha trajetória acadêmica e que sempre estiveram ao meu lado tanto nos momentos bons quanto nos momentos difíceis da vida, em especial quero externar minha gratidão ao meu amigo e irmão Robson Antônio por todo o incentivo e ajuda que me deu para a realização deste trabalho, pois sem sua colaboração e incentivos talvez eu não tivesse forças para concluir esta etapa da minha vida, a você Robson e a todos os amigos o meu muito obrigado.

Quero agradecer também a todos os meus professores desde aqueles do pré-escolar, os do ensino fundamental, os do ensino médio e os da universidade, pois todos contribuíram para que eu chegasse até aqui, pois não chegamos a lugar nenhum sozinho, acredito que mérito nenhum é conquistado sozinho sempre temos ajuda de alguém por isso creio que o mérito tem que ser compartilhado, agradeço de forma especial ao professor Francisco Fagundes por ter aceitado me orientar na realização deste trabalho, sua dedicação, compromisso e contribuição foram peças chaves para que eu pudesse realizar este trabalho, ao senhor professor Fagundes o meu muito obrigado.

“Tudo é do pai, toda honra e toda glória é dele a vitória alcançada em minha vida...” Obrigado meu Deus por tudo que fizestes em minha vida, pois sei que teus propósitos não deixaram de se cumprir.

“Aprendi que vai demorar muito para me transformar na pessoa que quero ser, e devo ter paciência. Mas, aprendi também, que posso ir além dos limites que eu próprio coloquei.”

Charles Chaplin

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo constatar a correlação dos nomes dos prédios públicos da cidade Caiçara - PB com os nomes das famílias com tradição política deste município, bem como buscar mostrar a construção deliberada da ideia de memória do povo caiçarense através de seus prédios públicos. Para tal realizou-se uma pesquisa bibliográfica, ou seja, referenciais teóricos que dissertam acerca do objeto de estudo, mas que foram acrescidos pela atividade empírica no campo. Delimitou-se a pesquisa, quanto aos espaços monumentalizados a determinado número de prédios públicos de Caiçara – PB: três escolas públicas, um ginásio esportivo e um terminal rodoviário. A partir das informações coletadas e analisadas podemos perceber como se dá o uso deliberado do patrimônio público por parte da classe política, é válido destacar o caso do ginásio esportivo municipal, no qual o prefeito que o edificou, nomeou com seu próprio nome o dito prédio. Portanto, pelos aspectos apresentados no decorrer deste trabalho, fica evidente a prática de nomear prédios públicos com nomes de pessoas pertencentes às famílias de tradição política local, o uso deliberado do patrimônio público da cidade de Caiçara – PB por parte da classe política evidencia o desejo de impor uma memória aos caiçarenses, na qual seus familiares e a si mesmos têm sempre um lugar de destaque.

Palavras-chave: Prédio público, Memória, Família e Caiçara.

ABSTRACT

This study aims to establish the correlation of the names of public buildings in the city Caiçara - PB with the names of families with political tradition of this municipality as well as seek to show the deliberate construction of caiçarenses people memory idea through their public buildings. To this end it carried out a literature search, or theoretical frameworks that lecture about the object of study, but were added by empirical activity in the field. Research was delimited, as the spaces monumentalizados the number of public buildings Caiçara - PB: three public schools, a sports gym and a bus station. From the information collected and analyzed we can see as the deliberate use of public property by the political class, it is worth highlighting the case of the municipal sports center, in which the mayor that he built named with your own name said building. Therefore, the issues presented in this paper, it is evident the practice of naming public buildings with names of persons belonging to local political tradition families, the deliberate use of public property of the city of Caiçara - PB by the political class shows the desire to impose a memory to caiçarenses in which their families and themselves always have a prominent place.

Key-words: Public building, memory, family and Caiçara.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. Sobre memória e Patrimônio.....	14
2. Prédios públicos de Caiçara.....	19
2.1 Escola Municipal João Alves de Carvalho.....	20
2.2 Escola Municipal Maria Eudézia de Carvalho.....	20
2.3 Ginásio Poliesportivo “O Luizão”.....	21
2.4 E.E.E.F.M. ProfªMaria Gertrudes de Carvalho Neves.....	22
2.5 Terminal Rodoviário José Antônio Neves.....	23
3. Correlação entre os nomes dos prédios públicos e as famílias com tradição política.....	23
3.1. Escola Municipal “João Alves de Carvalho”.....	26
3.2. Escola Municipal “Maria Eudézia de Carvalho”.....	26
3.3. Ginásio Poliesportivo “O Luizão”.....	27
3.4. E.E.E.F.M. Profª“Maria Gertrudes de Carvalho Neves”.....	29
3.5. Terminal Rodoviário “José Antônio Neves”.....	31
4. Considerações finais.....	31
5. Referências.....	34

Introdução

Os nomes que são dados aos prédios públicos e ruas de uma cidade podem dizer muito sobre a história e a memória do seu povo, ou pelo menos, sobre a parcela política da população, que decide o nome dos locais públicos. Assim veremos que geralmente as nomeações de ruas e logradouros decorrem de uma tentativa de instaurar uma modalidade de poder simbólico, que se associa com a memória de grupos políticos, sobretudo, aqueles cujos poderes econômicos e políticos são passados de geração pra geração, algo notoriamente visto em Caiçara – PB. Em razão disso, buscamos responder como esta prática de estabelecimento de uma memória grupal de indivíduos associados à administração pública ganhou projeção no município de Caiçara. Esta prática política está enraizada não só no município de Caiçara, mas também em todo o país, os políticos buscam estabelecer uma memória sobre si aos cidadãos que eles governam. Esta prática de perpetuar memória por parte de uma classe dominante vem desde os tempos antigos que passam por diversas civilizações como na Mesopotâmia, Egito, China e América. Nestas civilizações, depois do surgimento da escrita, a cidade passou a ser o eixo de uma política de memória, tendo na figura do Rei o seu principal agente de memória, pois os mesmos é quem decidiam o que devia ser repassado para as gerações futuras. Como nos mostra Le Goff, Memória real, pois os reis fazem compor e, por vezes, gravar na pedra os anais (ou pelo menos extratos deles), onde estão, sobretudo, narrados os seus feitos – e que nos levam à fronteira onde a memória se torna "história". (1990, p. 375)

A escolha dos nomes dos locais públicos define os processos de transmissão do passado ou do presente às futuras gerações de certo lugar. No entanto, esta memória é imposta onde desde há muito tempo atrás, quando no tempo dos imperadores (romanos ou chineses) já se buscava meios de impor uma memória dos grandes feitos e dos grandes personagens, de acordo com Le Goff:

No Oriente antigo, antes de meados do II milênio, não há senão listas dinásticas e narrações lendárias de heróis reais como Sargon ou Narâm-Sin. Mais tarde os soberanos fazem redigir pelos seus escribas relatos mais detalhados dos seus reinados onde emergem vitórias militares, benefícios da sua justiça e progressos do direito, os três domínios dignos de fornecer exemplos memoráveis aos homens do futuro. No Egito, parece, desde a invenção da escrita (um pouco antes do início do III milênio) e até o fim da realeza indígena na época romana, anais reais foram redigidos continuamente. (1990, p. 375)

Diante de situações históricas, que foram instauradas como formas de propagandear o *status quo* dos grupos/classes dominantes em diversos espaços geográficos, tomamos a iniciativa de verificar como essa relação pode ter sido estabelecida na cidade de Caiçara. Assim, o presente trabalho tem por finalidade analisar a relação dos nomes de prédios públicos da cidade Caiçara com os nomes de indivíduos das famílias com tradição política nas siglas partidárias, que administraram este município. Acreditamos que como sugere Le Goff: “tornar-se senhores do passado e tal” faz parte do projeto de grupos políticos, que buscaram ao longo da história a construção deliberada de uma ideia de memória a difundida de uma maneira informal ou formal às populações. No caso caiçarense, avaliamos como essa prática deu-se através de seus prédios públicos.

Para tanto, se faz necessário conceituar o tema memória e patrimônio público, através de algumas produções no campo da história e realizar um levantamento de como os nomes dados aos prédios públicos municipais servirão para a ampliação de uma memória individual das famílias de tradição política para uma memória coletiva local.

Neste trabalho nosso foco de atenção é a cidade de Caiçara que está localizada no estado da Paraíba na mesorregião identificada como agreste, mais precisamente na porção nordeste dessa unidade federativa e ao norte da microrregião de Guarabira a 125 quilômetros da capital João Pessoa, em linha reta essa distância é de 86 quilômetros. O município tem uma área territorial de 128 quilômetros quadrados. Recorremos a alguns escritos sobre essa cidade, os quais foram produzidos fora do espaço acadêmico, todavia são fontes de pesquisa que se apresentam como o exercício da escrita da História por diletantes, cuja colaboração auxilia nos esforços de registro da memória desse município.

Partindo da análise dos prédios públicos da cidade e dos nomes que os mesmos receberam, observamos a busca por parte das famílias de tradição política do município de impor aos cidadãos aquilo que Bourdieu chamou de poder simbólico, objetivando um nível elevado de “adesão afetiva”, pois ambas as famílias quando estavam com o poder político em mãos usavam de métodos e algumas práticas para legitimar tal poder perante a sociedade. E uma das formas mais usadas foi o uso do patrimônio público como forma de poder simbólico nomeando prédios com nomes de seus parentes e assim empregar seus conceitos e ideologias através desta prática. Logo, percebemos que esta prática através do poder simbólico do patrimônio público reforça o seu poder político. Segundo Biavaschi:

As lutas de representação explicitam as identidades sociais e os meios pelos quais um grupo impõe ou tenta expor sua concepção de mundo, seus valores, conforme o habitus social, compreendido este enquanto comportamentos adquiridos pelos grupos sociais em seus espaços de relações objetivas, com uma totalidade de acomodações permanentes que determinam ações específicas, de modo que os personagens atuam, em sociedade, conforme normas e códigos internalizados e por, esta maneira, aceitos como naturais(2003/136).

É comum vermos na cidade de Caiçara está busca pela legitimação deste poder simbólico, pois percebemos uma prática frequentemente usada por tais famílias quando estão no poder político local, neste caso, o poder executivo. Habitualmente quando uma das famílias assume tal poder um dos primeiros passos para obter este poder simbólico é mudar as cores dos espaços administrativos do município para aquelas que representam um político ligado a tal partido, criando assim no imaginário popular uma associação de determinada cor com tal político, mudam – se desde as vestes dos funcionários do município as pinturas dos prédios públicos. Esta é uma forma de implantar este poder simbólico. Assim como diz Biavaschi:

As lutas políticas convertem – se, então, em disputas “pelo poder de impor a visão legítima do mundo social”, de seu partido político ou facção partidária, “pelo reconhecimento, acumulado sob forma de um capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade, que confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social... (2003/137).

Conforme esta perspectiva as disputas políticas que se dão no campo do poder simbólico, na busca por legitimidade são usadas várias formas de representação de poder exercido pelos políticos, um embate entre os mesmos, buscando assim conseguir notoriedade, respeito, popularidade, como meio de impor seu poder à sociedade. Veremos a seguir os conceitos de memória e patrimônio e como se dá o uso desses dois meios por parte de grupos políticos socialmente dominantes como forma de legitimar seu poder através do uso do patrimônio público, impondo a sociedade uma memória seletiva, que enaltece os nomes das famílias de tradição política da cidade.

1 - Sobre Memória e Patrimônio

Trataremos aqui com pensamentos de diversos estudiosos que habitam entre o campo das humanidades no intuito de discutimos acerca do conceito de memória na visão desses autores. Para nos situar melhor acerca da nossa discursão sobre o uso da memória por meio do patrimônio público como forma de poder simbólico.

Para um historiador a memória é fonte de matéria prima, a mesma é uma formação psíquica e intelectual, podendo ser usada como meio de reprodução seletiva do passado, a memória nunca é só aquela tida pelo indivíduo, mas do indivíduo que está inserido em um contexto que abrange desde o seio familiar ao convívio social.

Para o historiador Jacques Le Goff (1990) memória corresponde:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (p, 366)

Le Goff nos mostra como se dá o processo da memória humana que vai desde funções psíquicas e intelectuais que se unem com percepções e

impressões do indivíduo, essa junção de ações possibilita o homem na formação de sua memória ou daquilo que o mesmo representa como passado.

O filósofo Henry Bergson, que dedicou seus estudos profundamente na área psicossocial, para mesmo as percepções estão impregnadas de lembranças compreendendo assim a percepção como, resultado da interação do ambiente com o sistema nervoso humano. Seus estudos se voltam para a tentativa de “desubjetivar” a noção de memória.

A memória podia ser entendida por dois movimentos diferentes, um designado de “memória-hábito”: no qual o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas. Ela é adquirida pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras, além de ser um processo que se dá pelas exigências da socialização, escrever, falar língua estrangeira, dirigir, costurar, digitar, etc. ações que fazem parte do nosso acervo cultural. De outro lado é inserida as lembranças independentes de quaisquer hábitos, lembranças singulares, isoladas, autênticas, que chamava de “ressurreições do passado”, de caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento via memória. (BERGSON, 1990).

Na obra “Memória Coletiva” de Maurice Halbwachs (1990), de acordo com Jean Duvignaud (1990, Prefácio. p. 1-6) que escreveu o prefácio do livro de Halbwachs, diz que:

A memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (Duvignaud, 1990, Prefácio.p. 4).

Vemos aqui que nossa memória individual está entrelaçada com o nosso meio de convívio social e esta ligação se torna indispensável para a criação da nossa memória, que se dá tanto de uma forma individual como de forma coletiva, sendo ambas estão interligadas.

Portanto, através dos autores citados temos uma visão mais ampla a respeito do conceito de memória. A situação é percebida inicialmente em

Bergson, pois este retrata a memória como algo individual, alcançada por meio da repetição de gestos e palavras, ou seja, memória-hábito. Já Halbwachs atribui à memória uma conceituação social, em decorrência do entrelaçamento existente entre o indivíduo e a sociedade.

Partindo deste pressuposto, podemos falar de uma memória individual sempre tem uma expressão associada à memória coletiva, pois ambas estão relacionadas entre si. Os processos de socialização afirmam que as memórias individuais estão ligadas a uma memória coletiva da sociedade no qual vivemos, bem como as memórias coletivas compõem a nossa memória individual. Sobre o uso da memória coletiva Le Goff nos diz:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 368).

Vemos que há uma preocupação por parte dos grupos/classes dominantes em manipular e controlar a memória coletiva, pois a mesma tem um grande poder simbólico. Este recurso persuasivo interessa diretamente aos governantes, considerando que podem assim se apropriar como recurso de justificava aos seus poderes, como nos coloca Le Goff (1990) “Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder” (p. 410).

Ao final da Revolução Francesa teve início uma política de memória, se observou que era necessário estabelecer meios de difusão de uma determinada memória. Assim, deu-se a criação de datas comemorativas em alusão à identidade social, através de um calendário: que recordava a revolução e seus personagens, o culto aos mortos, antes esquecido (através dos túmulos). Com a Revolução Francesa surgiu também os museus, os arquivos nacionais, entre outros lugares destinados a preservação da memória. Segundo Le Goff:

A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de

estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias. (Le Goof, 1990, p. 400)

Com essa nova política voltada para a memória, em meados do século XIX, vão surgir novas formas de preservar e cultuar a memória coletiva. Surgiram vários monumentos e o uso de uma arquitetura como meio de manusear e controlar a memória, porque é um meio determinante na criação de uma identidade social.

Veremos como sida o uso deliberado do patrimônio público por parte da classe política na nossa cidade como meio de formar e impor uma memória sobre a sociedade, antes é preciso conceituar o que vem a ser patrimônio.

O conceito de patrimônio vem sofrendo modificações desde as suas concepções de origem.

Em outras épocas, a palavra patrimônio representava apenas as propriedades transmitidas dos pais e mães para os filhos. Com o acréscimo do termo histórico, a expressão e o tratamento do patrimônio adquiriram outras conotações que foram se modificando ao longo do tempo.

A palavra patrimônio está relacionada a tudo que é deixado pelo pai e repassado para os seus filhos. Todavia, com o passar do tempo, a ideia de herança paterna se estende a um conjunto de bens materiais relacionados com a formação de uma identidade cultural ligada ao passado de uma sociedade. Também podemos entender patrimônio como monumentos que está associado à memória, a recordar o passado através dos monumentos assim como nos mostra Le Goff:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (Le Goof, 1990, p, 462)

Os monumentos têm um grande poder perpetuação da memória, que se dá através de obras de arquitetura com caráter comemorativo, valendo até mesmo para os monumentos fúnebres, que buscam recordar e perpetuar a memória. Segundo Le Goof, (1990) “O *monumento* tem como características o

ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) ” (p. 462)

Vejamos outro conceito de patrimônio, que de acordo com GARCIA, no Dicionário de Direitos Humanos online, patrimônio está conceituado em duas acepções:

A primeira corresponde a uma significação restrita, a qual é definida na Lei 4.717/65 no seu artigo 1º, parágrafo 1º, como o conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, pertencentes aos entes da administração pública direta e indireta. Segundo a definição da lei, o que caracteriza o patrimônio público é o fato de pertencer ele a um ente público – a União, um Estado, um Município, uma autarquia ou uma empresa pública. (GARCIA, 2004)

Já na segunda concepção, segundo GARCIA (2004), é ampla. O patrimônio público é definido como conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, que pertence ao povo, para o qual o Estado e a administração existem.

O patrimônio pode ser definido como o conjunto de bens históricos, culturais e naturais que tenham valor reconhecido para um determinado local. O patrimônio é de direito público da comunidade no qual está inserido. O objeto pode ser de propriedade particular, mas o seu caráter histórico e/ou artístico, a sua composição imaterial, é de propriedade de todos.

Conforme Grammont (2006), até o século XIX, o patrimônio era então definido como um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico. No século XX, a abordagem do Patrimônio adquiriu ainda outras características, passando a ser analisado como monumento histórico e levando em conta a integração com seu entorno. O patrimônio também pode ser imaterial que corresponde à tradição e transmissão de conhecimento, que é transmitido na prática, na forma de gestos ou pela oralidade. Tal conhecimento é transmitido de geração pra geração. Constituem o patrimônio imaterial, dança, teatro, festas tradicionais, tradições familiares. Mas em virtude da exiguidade do espaço do texto, nosso trabalho centrará a atenção no patrimônio edificado e no seu uso político.

Para Jacques Le Goff (1990), monumento representa uma sinalização ao passado, perpetuando a recordação. Monumento para o mesmo tem como

características a ligação ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas.

Diante das várias modificações que o conceito de patrimônio sofreu com o passar do tempo, podemos observar como se dar a apropriação do patrimônio público por parte das famílias detentoras do poder econômico e político de Caiçara como forma de validar o seu poder simbólico usando de uma prática corriqueira que se constitui em nomear os prédios públicos da cidade com nomes de sua parentela.

Podemos observar uma forma de monumentalizar o poder destes grupos políticos, usando dos prédios públicos da cidade como campo de construção simbólica deste poder. A disputa por formas de representações de poder passa por vários campos entre eles o campo da arquitetura, através dos monumentos, que são usados com frequência no sentido de poder simbólico, quando nos mesmo são colocados nomes de políticos ou de seus parentes. Mas esta é uma pratica que visa não apenas homenagear, mas privilegiar certas pessoas em detrimento ao restante da população, os privilegiados são quase sempre políticos ou parente de políticos profissionais.

2 - Prédios públicos de Caiçara

Antes de iniciarmos a abordagem sobre os prédios públicos da cidade de Caiçara se faz necessário uma delimitação do nosso campo de estudo, logo adotaremos como objeto os seguintes prédios públicos: Escola Municipal de Ensino Fundamental “JOÃO ALVES DE CARVALHO”, Escola Municipal de Ensino Fundamental “MARIA EUDÉZIA DE CARVALHO”, Ginásio Poliesportivo “LUIZ GONZAGA ALVES DE CARVALHO” (O Luizão), ESCOLA Estadual de Ensino Fundamental e Médio “MARIA GERTRUDES DE CARVALHO NEVES”, Terminal Rodoviário “JOSÉ ANTÔNIO NEVES”. Escolhemos trabalhar com os respectivos prédios públicos citados a cima, pois os mesmos representam o nome das duas principais famílias de tradição e poder político da cidade de Caiçara.

Abordaremos também nesta sessão os homenageados, quem foram às pessoas que deram nome a esses prédios públicos já citados anteriormente, sendo eles: João Alves de Carvalho, Maria Eudézia de Carvalho, Luiz Gonzaga de Carvalho, Maria Gertrudes de Carvalho Neves e José Antônio Neves.

2.1. Escola Municipal “João Alves de Carvalho”

No começo da década de 1980 houve uma ampliação no número de escolas do município. O prefeito Antônio Alves Sobrinho do MDB, em 25/01/1981 inaugurou a Escola João Alves de Carvalho, nome do seu pai, com o ensino de 1ª a 4ª séries. A escola foi construída no local onde se localizava o primeiro cemitério da cidade fundado no século XIX e depois a Praça Getúlio Vargas. É uma das primeiras escolas primárias da zona urbana. Hoje a mesma conta com as séries de 6º ao 9º que correspondem à segunda fase do Ensino Fundamental.

João Alves de Carvalho era filho de Manoel Marcolino Soares de Carvalho (Tenente Marcolino) e Maria Alves Maciel (Dona “Cota”), neto dos fundadores do município Manoel Soares da Costa e Gertrudes Maria Carvalho. Sua família detém uma grande tradição política no município, sendo o mesmo irmão do ex-prefeito Antônio Alves de Carvalho e o próprio foi vice-prefeito na década de 1950, além de ser pai de três ex-prefeitos Luiz Gonzaga de Carvalho, este com três mandatos de prefeito, Antônio Alves Sobrinho e Humberto Alves, prefeito no município Logradouro-PB, município que já pertenceu a Caiçara.

2.2. Escola Municipal “Maria Eudézia de Carvalho”

Nos tempos de Fernando Henrique na presidência da República, vieram os incentivos e a mobilização para que nenhuma criança ficasse fora da escola, o então Ministro da Educação Paulo Renato Souza, criou O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (**FUNDEF**) que foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi

implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998. Com mais alunos frequentando as salas de aula, novas escolas foram abertas, a principal delas foi a Escola Municipal Maria Eudézia de Carvalho construída no de 2001, homenageando a mãe do então prefeito Luiz Gonzaga de Carvalho do PMDB. Atualmente, a escola dispõe das séries de 1º ao 5º correspondendo à primeira fase de Ensino Fundamental.

Maria Eudézia de Carvalho era Filha de Manuel Barbosa de Carvalho e Bárbara, seus avós paternos Antônio Soares de Mendonça e Ana (Donana Seridó) são oriundos dos Seridó paraibano. A mesma foi esposa de João Alves de Carvalho, que foi vice-prefeito do município. Também é mãe de três ex-prefeitos, Luiz Gonzaga de Carvalho, este com três mandatos de prefeito, Antônio Alves Sobrinho e Humberto Alves, prefeito no município Logradouro-PB, município que já pertenceu a Caiçara. Maria Eudezia de Carvalho é bastante homenageada em prédios públicos, pois além desta escola que leva seu nome na cidade de Caiçara, existe também uma creche com seu nome na cidade de Logradouro, onde seu filho Humberto Alves foi prefeito por dois mandatos, podemos perceber que a mesma goza de um privilegiado capital simbólico para ser tão homenageada nos prédios de ambas as cidades.

2.3. Ginásio Poliesportivo “O Luizão”

No ano de 2000, Luiz Alves do PMDB foi reeleito e ficou na prefeitura até 2004. Seus dois mandatos foram marcados por algumas obras, dentre elas o Ginásio “O Luizão”. O mesmo dispõe de arquibancadas, quadra poliesportiva, bem como é utilizando para receber eventos da cidade, a exemplo de festas, aniversários entre outras realizações.

Luiz Gonzaga de Carvalho, popularmente conhecido como Luiz Alves, é bisneto dos fundadores do município, Manoel Soares da Costa e Gertrudes Maria Carvalho. Neto de Manoel Marcolino Soares de Carvalho (Tenente Marcolino) e Maria Alves Maciel (Dona “Cota”) e filho de João Alves de Carvalho, que foi vice-prefeito do município, e Maria Eudézia de Carvalho. Atuou em nossa cidade como proprietário de terras, comerciante de algodão e professor do Ginásio Comercial. De família com tradição na política, desde a juventude se envolveu com política, foi um dos fundadores do Movimento

Democrático Brasileiro (MDB) no município. O mesmo exerceu três mandatos de prefeito, o primeiro entre os anos de 1969 e 1973. Já o segundo e terceiro forma consecutivos entre os anos de 1996 a 2000 e 2000 a 2004.

2.4. E.E.E.F.M. Profª “Maria Gertrudes de Carvalho Neves”

Na rede estadual de educação, houve um processo de ampliação em toda a Paraíba, a mesma foi promovida pelo governador do Estado Tarcísio de Miranda Burity do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que governou entre os anos de 1979 a 1982, está ampliação se deu através da construção de várias escolas de ensino médio em várias cidades do estado. A nossa cidade ganhou uma escola de 1º e 2º grau, em terreno cedido por José Antônio Neves conhecido popularmente na cidade como (Deca Neves) sobre o Decreto de criação de Nº 9.085 de 22/07/81 foi edificada a E.E.E.F.M. Profª Maria Gertrudes de Carvalho Neves, que leva o nome da mãe do ex-prefeito que fazia parte do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cujo mandato foi de 1974 a 1977. Mas o mesmo Deca Neves antes que terminasse o mandato se afastou do cargo por motivos de saúde. A escola passou a oferecer o ensino público de 5ª a 8ª série e ainda o 2º Grau (Científico). Em 1982, a escola começou a funcionar em prédio próprio, tendo como primeiro diretor da escola foi o filho de Deca, José George Neves e muitos dos professores pioneiros do município.

Maria Gertrudes de Carvalho Neves era filha de Manoel Marcolino Soares de Carvalho (Tenente Marcolino) e Maria Alves Maciel (Dona “Cota”), neta dos fundadores do município Manoel Soares da Costa e Gertrudes Maria Carvalho. Mãe do ex-prefeito José Antônio Neves (Deca Neves) e dos vereadores Geraldo Neves e Jaime Neves, bem como avô do ex-prefeito José George da Costa Neves.

2.5. Terminal Rodoviário “José Costa Neves”

Em janeiro de 1989, José George Costa Neves do Partido Democrático Social (PDS) tornou-se o 30º prefeito da cidade, exerceu seu mandato entre os anos de 1989 a 1992. George é filho do ex-prefeito José Antônio Neves e de

Geni Ismael de Oliveira. Uma de suas principais obras foi o terminal rodoviário “José Antônio Neves”.

José Antônio Neves, popularmente conhecido como Deca Neves é bisneto dos fundadores do município, Manoel Soares da Costa e Gertrudes Maria Carvalho. Neto de Manoel Marcolino Soares de Carvalho (Tenente Marcolino) e Maria Alves Maciel (Dona “Cota”). É filho de Antônio de Oliveira Neves e Maria Gertrudes de Carvalho Neves. O mesmo era coletor federal e exerceu o mandato de prefeito durante os anos de 1973 a meados de 1976, sendo membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). É também pai do ex-prefeito José George da Costa Neves (George Neves) e irmão dos ex-vereadores Geraldo Neves e Jaime Neves.

3. Correlação entre os nomes dos prédios públicos e as famílias com tradição política

Buscaremos mostrar aqui a relação que há entre os nomes dados aos prédios públicos analisados neste trabalho com as tradicionais famílias políticas do município de Caiçara – PB. Ademais, analisar a utilização do patrimônio público como meio de monumentalizar uma memória das famílias de tradição política do município, usando por meio da arquitetura uma forma de simbolizar o poder político e econômico exercido por essas famílias em detrimento ao restante da população menos favorecida. Sobre o uso da arquitetura segundo Bourdieu (2004) não é simplesmente um resíduo de comportamento social ou interativo, mas um agente fundamental na formação de identidades e comunidades, além disso, o simbolismo cultural da arquitetura é um poderoso foco de memória.

Assim vemos que arquitetura tem um grande poder simbólico, pois a mesma é usada como matéria prima para a construção de uma memória coletiva, sendo um ponto de suma importância para a formação da identidade de uma determinada sociedade.

Neste sentido, podemos pensar a arquitetura monumental como um símbolo ativo de poder e de interação social, formador de identidades,

transformador de paisagem e configurador de espaços e comunidades (HORA, 2014).

Deste modo observamos como estas famílias são ligadas a grupos políticos com grande poder aquisitivo e, conseqüentemente, são detentores de poderes políticos compondo assim uma classe dominante. Esses grupos sociais utilizam-se de vários meios para consolidar tal poder e passam por diversos campos, entre eles até mesmo a própria produção historiográfica do município, reforçando esta ideia de classe dominante, de grandes feitos, de grandes homens e privilegiando o nome das famílias com ligação com o poder político. Observamos o que a produção historiográfica da cidade nos coloca a esta questão.

Para falarmos sobre a História e a Memória de Caiçara é de suma importância avaliarmos aspectos da produção historiografia da cidade, pois partindo da análise das mesmas poderemos ter um ponto de referência, no que diz respeito à História e Memória da cidade como alicerce às edificações monumentalizadoras do poder simbólico dos políticos locais. Através da leitura e análise das obras publicadas sobre a história de Caiçara – PB, veremos como se deu a construção da produção historiográfica da mesma. Iremos trabalhar com três obras, que são as seguintes: “CHOROGRAFIA DO MUNICIPIO DE CAIÇARA” in Almanaque da Paraíba de 1913, de autoria de Epaminondas Tavares de Araújo; “Caiçara Caminhos de Almocreves” de autoria de Severino Ismael da Costa; e, A história das cidades de Araruna e Caiçara no Estado da Paraíba e de seus familiares de autoria de Antenor E. de Oliveira Lima.

A “CHOROGRAFIA DO MUNICIPIO DE CAIÇARA” escrita em 1913 pelo tabelião, Epaminondas Tavares de Araújo foi pioneira para a historiografia de caiçara por se tratar do primeiro escrito que conta a história do município. Vale salientar que o autor da mesma recebeu da câmara dos vereadores de Caiçara, através de uma lei municipal de nº 13 de 06 de dezembro de 1983, o título de Patrono da Memória de Caiçara. Esse é então um indício da relação do intelectual com a política local, onde percebemos uma forte ligação entre os meios, pois o meio intelectual que por muitas vezes busca enaltecer e prestigiar o meio político em suas obras.

A segunda obra a ser apresentada é “Caiçara... Caminhos de Almocreves...” O autor da mesma é Severino Ismael da Costa que foi prefeito da cidade no ano de 1955 a 1959. Procurou fazer em seu trabalho uma abordagem geral acerca da história do município, que vai desde as guerras travadas entre índios e os colonizadores europeus, até as famílias de renome e destaque da cidade. Baseou sua pesquisa nas chamadas fontes oficiais, que são documentos de órgãos públicos, o mesmo escreve dentro de uma visão laudatória que enaltece os grandes feitos personagens da história do município, onde dedica uma parte do livro para destacar as famílias tradicionais da cidade. O próprio autor tem uma forte ligação com as elites locais, pois o mesmo é oriundo de uma família de tradição política da cidade, chegando a ocupar vários cargos públicos entre eles o de prefeito da cidade.

A terceira obra é a de Antenor E. de Oliveira Lima, no seu livro intitulado “A HISTORIA DAS CIDADES DE ARARUNA E CAIÇARA NO ESTADO DA PARAIBA E DE SEUS FAMILIARES” um livro de memórias em que o mesmo nos traz ricos detalhes de como era a cidade de Caiçara, quando o mesmo esteve residindo na cidade. O autor é filho do ex-prefeito Nô Lima, que governou a cidade por volta dos anos de 1920. O trabalho mostra-nos fatos ocorridos naquela época principalmente no cenário político, mas também em grande parte (Lima, 1990) preocupa-se em apresentar a importância das grandes famílias da cidade principalmente a do mesmo.

Em relação à produção das CHOROGRAFIAS MUCINIPAIS, tendo como base a seguinte avaliação, podemos visualizar como se dava a produção das “CHOROGRAFIAS dos municípios em sua maioria:

As corografias eram geralmente recheadas de uma história apoteótica, laudatória, antes de tudo um exercício de exaltação dos feitos das elites regionais e locais. A narrativa e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetiva mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias. (Martins, 2009)

Diante desta produção historiográfica percebemos a mesma como forma de criar uma memória tida como oficial. Esta mesma memória só se refere a um segmento da população, neste caso a classe dominante. Deste modo mais um artifício simbólico de monumentalizar o poder exercido por essa classe,

sobre a população. Como vimos são vários os meios utilizados para impor este poder. Veremos, a seguir, o uso da arquitetura por meio dos prédios públicos da cidade é o utilizado como forma de impor uma memória destas famílias, ou seja, uma memória particular, que transmitida e imposta à população.

3.1. Escola Municipal “João Alves de Carvalho”

Quadro 1 - Escola Municipal “João Alves de Carvalho”

Prédio público	Escola Municipal “João Alves de Carvalho”
Ano de inauguração	Década de 80
Gestão pública	Antônio Alves Sobrinho – MDB (1977-1983)

Fonte: produção do próprio autor

Como podemos observar uma das famílias de tradição política no município de Caiçara-PB é a Alves de Carvalho, pois a mesma descende dos fundadores desta localidade. Tendo desde primórdios desta cidade atuação política, logo é comum vermos nomes de membros desta família em prédios públicos e ruas. Por exemplo, o prédio da Escola Municipal “João Alves de Carvalho” que usamos como objeto de estudo, foi construído no início dos 80 na gestão do então prefeito Antônio Alves Sobrinho, que batizou o respectivo prédio com o nome de seu pai. Partindo deste pressuposto, é perceptível o uso do patrimônio público como forma de hipertrofiar a memória da própria família Alves de Carvalho, visto o interesse em perpetuar uma identidade política entre o povo caiçarense.

3.2. Escola Municipal “Maria Eudézia de Carvalho”

Quadro 2 - Escola Municipal “Maria Eudézia de Carvalho”

Prédio público	Escola Municipal “Maria Eudézia de Carvalho”
Ano de inauguração	Anos 2000
Gestão pública	Luiz Gonzaga de Carvalho – PMDB (2000-2004)

Fonte: produção do próprio autor

Outro prédio que faz referência à família Alves de Carvalho, consiste na Escola Municipal “Maria Eudézia de Carvalho”, este foi construído entre os

anos 2000 e 2004, na terceira gestão do então prefeito Luiz Gonzaga de Carvalho. O nome cedido ao prédio pelo então prefeito é de sua mãe, tendo em vista que seu pai (João Alves de Carvalho) já dera nome a outro prédio público. Assim, o respectivo prefeito, nomeou uma segunda obra pública para registrar outro membro de sua família, no caso sua mãe, desta forma reiterando o interesse na construção da memória da família Alves de Carvalho como uma expressão monumental. Utilizam-se desta prática para potencializar o poder político de pessoas/grupos em um lugar de destaque na memória da sociedade local.

3.3. Ginásio Poliesportivo “O Luizão”

Quadrado3–Ginásio Poliesportivo “O Luizão”

Prédio público	Ginásio Poliesportivo “O Luizão”
Ano de inauguração	2004
Gestão pública	Luiz Gonzaga de Carvalho – PMDB (2000-2004)

Fonte: produção do próprio autor

O caso mais emblemático deste estudo, diz respeito ao prédio público do Ginásio Poliesportivo “O Luizão”. Tal equipamento público foi construído na terceira gestão do então prefeito Luiz Gonzaga de Carvalho. Estamos diante do episódio mais explícito do uso do patrimônio público como forma de memória, pois o prefeito deu o seu próprio nome ao prédio que edificou. Vale salientar que a nomeação de pessoas em vida a prédios públicos, ruas e avenidas é proibida pela lei federal Nº 6.454 de 24 de outubro de 1977, está dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. Para efeito de maior esclarecimento citaremos o artigo que trata o assunto em questão:

Art. 1º—É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva [...] em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.(lei federal Nº 6.454, 1977)

Assim, caracterizando uma forma de auto destacar no que diz respeito tanto na memória particular da família Alves de Carvalho como na sociedade. Temos aqui um caso claro de auto-homenagem, o que é proibido por lei. Ou podemos entender também como uma forma de autopromoção, porque o referido prefeito é conhecido na cidade como um dos administradores, que mais construiu obras. Este ato é digno das práticas do folclórico prefeito Odorico Paraguaçu, da fictícia cidade de Sucupira, na novela O Bem-Amado, de autoria do dramaturgo Dias Gomes. A novela foi exibida pela Rede Globo de 24 de janeiro a 9 de outubro de 1973 e narrava uma sátira da ditadura militar que era o regime político da época no país. A novela contava também a rotina do povo da fictícia cidade de Sucupira, localizada no litoral baiano. O personagem principal da trama era um grande fazendeiro, fabricante de azeite de dendê e candidato à Prefeitura de Sucupira, Odorico Paraguaçu. Trata-se de um homem público envolvido em corrupção, cheio de artimanhas, mulherego, demagogo descarado e dono de frases de efeitos como o seu slogan de campanha “vote em um homem sério e ganhe um cemitério”, que foi a obra a se tornar a sua principal promessa de campanha.

Odorico Paraguaçu ficou conhecido por nomear prédios públicos com seu nome ou nomes de seus aliados. Em uma relação verossímil, encontramos na teledramaturgia um exemplo não muito distante das praticas ocorrida na nossa realidade por parte da classe política.

Sobre a lei federal Nº 6.454 de 24 de outubro de 1977, segundo Lima (2014) está lei estende-se também às entidades estaduais ou municipais, ou mesmo privados, que recebem subvenção dos cofres públicos federais. Nesse aspecto, todos os municípios e estados da federação estariam impedidos de praticar tal ato de nomeação a bem público, homenageando pessoa viva, pois todos recebem recursos públicos federais.

Alguns estados brasileiros se atentaram para legalização deste este assunto, inclusive o estado da Paraíba, através da promulgação de lei estadual que proíbe nomes de pessoas vivas a prédios públicos, como podemos observa segundo Lima (2014). No mesmo sentido, visando conter os abusos oriundos de práticas ilegítimas, sem qualquer respaldo da população, foi promulgada no estado da Paraíba, a Lei n. 5.998, de 07 de dezembro de 1994, que no seu artigo 1º taxativamente determina:

Art. 1º. Fica proibido atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente ao Estado da Paraíba ou às pessoas jurídicas da Administração indireta. (Lei n. 5.998, 1994)

Ainda sobre a referida Lei Federal Nº 6.454 de 24 de outubro de 1977, dando ocasião à sua eficácia, estabelece no seu artigo 4º, como penalidade, a perda do cargo ou função pública do agente infrator, que assim dispõe:

Art. 4º. A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis à perda do cargo ou função pública que exercerem, e, no caso do artigo 3º, a suspensão da subvenção ou auxílio.(lei federal Nº 6.454, 1977).

Como podemos observar o ato de dar nomes de pessoas vivas a prédios públicos, é um ato ilegal e mesmo inconstitucional, pois o mesmo viola princípios jurídicos e administrativos da nossa constituição. Ainda sobre à nomeação de prédios públicos Lima diz que:

A utilização de nomes de pessoas vivas nos bens pertencentes ao patrimônio público, móveis ou imóveis, tem sido uma preocupação das autoridades que zelam pelo que é de todos, certamente para impedir a privatização do patrimônio público, ou com outras palavras, a sua patrimonialização. (LIMA, 2014, p, 8).

Como podemos observar que o ato de nomear prédios públicos com nomes de pessoas vivas despertou o interesse e cuidado por parte de algumas autoridades, no sentido das mesmas se preocuparem em buscar meios e formas de frear está pratica que é frequentemente usada pela classe política.

3.4. E.E.E.F.M. Profª “Maria Gertrudes de Carvalho Neves”

Quadro 4 - E.E.E.F.M. Profª “Maria Gertrudes de Carvalho Neves”

Prédio público:	E.E.E.F.M. Profª “Maria Gertrudes de Carvalho Neves”
Ano de inauguração:	1983
Gestão pública	Municipal: Pedro Alves de Menezes – PDS(1983-1988) Estadual: Clóvis Bezerra Cavalcanti – ARENA/PDS – (1982 -1983) - Vice-Governador, assumiu a vaga do titular.

Fonte: produção do próprio autor

Outra família que descende dos fundadores deste município corresponde à família Neves, pois se trata de uma ramificação da família Alves de Carvalho. Também é comum vermos nomes de membros desta família em prédios públicos, mas em menor número que a família Alves de Carvalho. Estamos aqui diante um caso peculiar referente à E.E.F.M. Prof^a “Maria Gertrudes de Carvalho Neves”, pois esta escola recebe o nome da mãe do ex-prefeito José Antônio Neves (“Deca” Neves) e mesma também é avô outro ex-prefeito José George da Costa Neves (George Neves).

. Na inauguração do prédio, nenhum dos membros da família Neves ocupava o cargo de prefeito deste município, todavia o prefeito da época Pedro Alves de Menezes do Partido Democrático Social (PDS), que pertencia bloco político liderado pela família Neves, e tal bloco em nível estadual mantinha uma aliança com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e ao Partido Democrático Social (PDS), representado na pessoa do então governador da Paraíba Clóvis Bezerra Cavalcanti (entre maio de 1982 e março de 1983). Sendo assim, José Antônio Neves faz a doação do terreno ao Governo Estadual para construção da primeira escola de 2º grau do município. Como forma de retribuição pela doação, o Governo Estadual denomina a respectiva escola com nome da mãe do doador.

Aqui temos um caso de uma forte relação entre os interesses políticos de grupos privados e poder público. Como podemos ver esta é uma prática de se perpetuar a memória particular da família, bem como influir na construção da memória coletiva municipal, podemos entender também como uma forma de privilegiar os nomes de determinadas famílias, que passam a ser consideradas como as mais legítimas/paradigmáticas e necessárias ao fazer político, em detrimento de outras. Para tanto, usam critérios de parentesco e familiares para nomearem prédios públicos locais, demonstrando a falta de critérios democráticos e reconhecimento profissional.

3.5. Terminal Rodoviário “José Antônio Neves”

Quadro4–Terminal Rodoviário “José Costa Neves”

Prédio público:	Terminal Rodoviário “José Antônio Neves”
-----------------	--

Ano de inauguração:	1990
Gestão pública:	José George Costa Neves–PL(1989-1992)

Fonte: produção do próprio autor

Outro prédio público que recebe o nome de outro componente da família Neves é o Terminal Rodoviário “José Antônio Neves”. Este foi construído durante a gestão do então prefeito José George da Costa Neves (George Neves), vale salientar que o nome cedido ao referido prédio é nome pai do respectivo prefeito.

Assim, evidenciando um novo caso das práticas que visam eternizar os nomes de seus familiares ou parentes e fazendo com que tais nomes sejam frequentemente lembrados no cotidiano do povo caiçarense, como também corresponde numa forma de monumentalização do poder através do nome sobrenome familiar. Estas são práticas frequentemente usadas não só em caiçara, mais também em várias outras localidades do país.

4. Considerações finais

Buscamos neste presente trabalho mostrar através de diversos autores de vários campos de estudo que vão desde a história e passa pelo campo da sociologia, discutindo o uso político da memória por meio da nomeação de prédios públicos. Procuramos responder como esta prática de estabelecimento de uma memória grupal de indivíduos associados à administração pública ganhou projeção no município de Caiçara – PB.

Vimos que a edificação e nomeação de prédios públicos tem uma relação com o poder político local, que se sincroniza com o poder a nível estadual, visando construir uma memória oficial das personalidades consideradas ilustres no contexto municipal.

O estudo apresentou em seu corpo uma pesquisa empírica que caracterizam o uso deliberado do patrimônio público da cidade de Caiçara - PB por parte das famílias influentes na política local. Isto fica claro no nome dos diversos prédios públicos existentes nesta localidade. Para efeito de pesquisa

usamos como referência as 3 (três) principais escolas do município, o ginásio esportivo e o terminal rodoviário. Ambos demonstram em seus respectivos nomes uma correlação com as famílias de tradição política, pois os mesmos recebem os nomes de figuras políticas ou de seus respectivos familiares, a exemplo de pai, mãe e assim em diante. Os nomes que predominam nos prédios pesquisados correspondem às duas principais famílias de força política da cidade que é a família Alves de Carvalho e a família Neves, ambas são ramificações do mesmo filo familiar, bem como apresentam grande tradição na história do município.

Vimos através da análise da produção historiográfica da cidade, uma forte ligação do meio intelectual com o meio político, onde observamos um ponto de referência no que diz respeito a uma construção da História e Memória da cidade, esta fonte ligação serve como alicerce às edificações monumentalizadoras do poder simbólico dos políticos locais.

A pesquisa nos apresentou o episódio mais explícito do uso do patrimônio público como forma de memória, pois o prefeito Luiz Alves deu o seu próprio nome ao prédio do Ginásio Esportivo da cidade, prédio este que ele próprio edificou. Vale salientar que a nomeação de pessoas em vida a prédios públicos, ruas e avenidas é proibida por lei. Temos neste episódio um caso claro de auto-homenagem, o que é proibido por lei ou, podemos entender também, como uma forma de autopromoção tanto por parte do próprio indivíduo, quanto parte da promoção do nome de sua família.

A grande maioria dos políticos brasileiros possuem o hábito de autocelebrar ou celebrar nome de sua família, como também de seus aliados em prédios e logradouros públicos uma forma de poder simbólico, que visa mostrar e impor seu poder a população, as classes menos favorecidas da sociedade. Como nos diz Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. (Bourdieu, 1989, p, 11)

A classe dominante também entendida aqui como classe política usa do patrimônio público como mecanismo de monumentalizar uma memória imposta que busca proporcionar a população uma ideia de memória coletiva, portanto, fica a percepção do desejo destas figuras políticas em se apossar do direito de construir e perpetuar uma narrativa histórica segundo os seus próprios preceitos e desejos particulares, isso efetivado no uso do patrimônio público como forma de memória, que se dá tanto de uma forma individual por parte das famílias dos “homenageados” como de uma forma coletiva por parte da sociedade, na qual tais sobrenomes de famílias habitam. Desenvolvendo desta maneira, uma memória, na qual seus familiares e a si mesmo têm sempre um lugar de destaque.

Logo, o presente estudo nos revelou a correlação existente entre os nomes dados aos prédios públicos da cidade de Caiçara com os nomes das famílias com tradição política deste município, onde grupos políticos usam o patrimônio público como base de representação do seu poder simbólico diante a sociedade caiçarense. Bem como nos apresentou também a construção de forma deliberada da ideia de memória do povo caiçarense, através de seus prédios públicos, onde percebemos a falta de critérios por parte da classe política no que diz respeito à escolha dos nomes dos prédios públicos da cidade.

Referências

ARAÚJO, E.T. **Chorografia do município de caiçara in almanaque da paraíba**. Cidade: Editora, 1913.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Editora Martins e Fontes, 1990.

COSTA, S. I. **Caiçara caminho de almocreves**. João Pessoa: Micrográfica, 1990.

DUVIGNAUD, J. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, [1950]1990.

GARCIA, M. N. Patrimônio público. Dicionário dos Direitos Humanos. 2004. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Patrim%C3%B4nio%20p%C3%ABlico>> Acesso em: 26 de outubro de 2015.

GRAMMONT, A. M. **A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais**. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 4, núm. 3, setembro, 2006, pp. 437-442. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/881/88140311.pdf>>. Acesso: 27 de outubro de 2015.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, A.E.O. **A história dos municípios de Araruna e caiçara no estado da Paraíba e de seus familiares**. João Pessoa: Unigraf, 1990.

MARTINS, M. L. História Regional In: Novos temas nas aulas de História Org. PINSKY, Carla Bassanezi. São Paulo, Editora Contexto, 2009.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6454.htm Acesso em Novembro de 2015.

Biavaschi, M. A. C. A árvore e a floresta: **Uma contribuição metodológica de Pierre Bourdieu acerca da História Regional**. Revista de História Regional 8(2): 125 – 145, Inverno 2003.

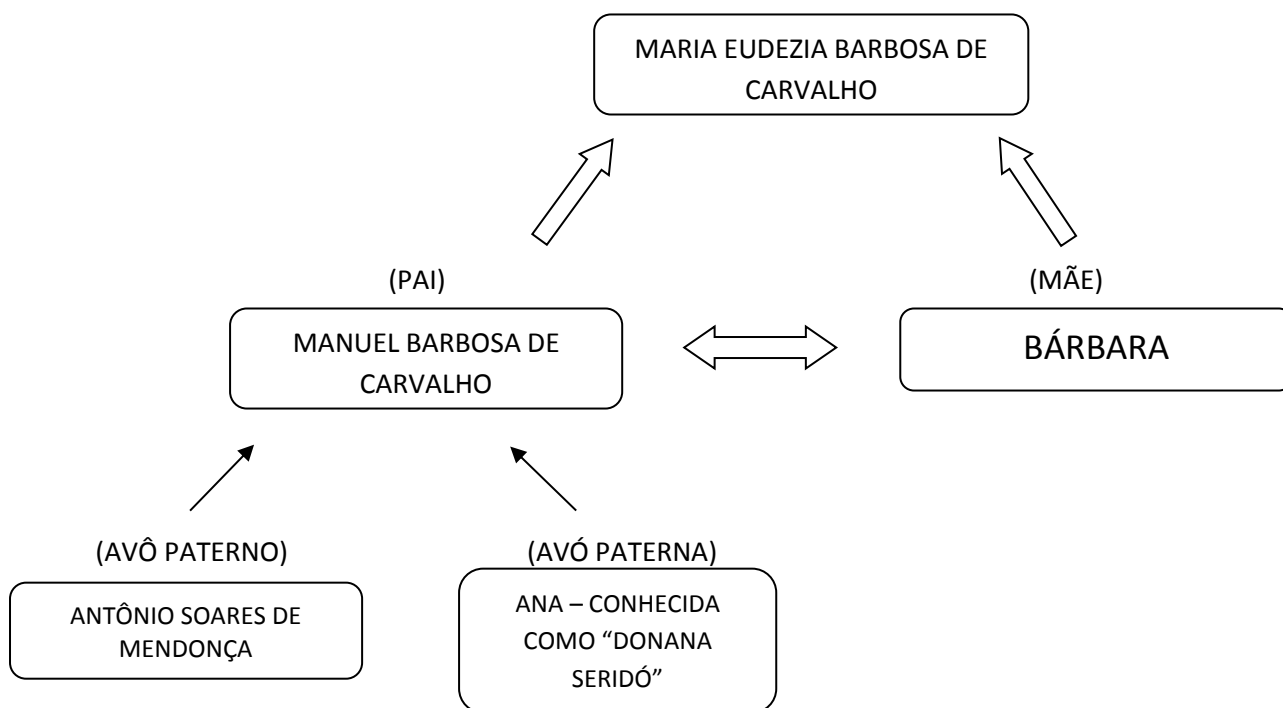
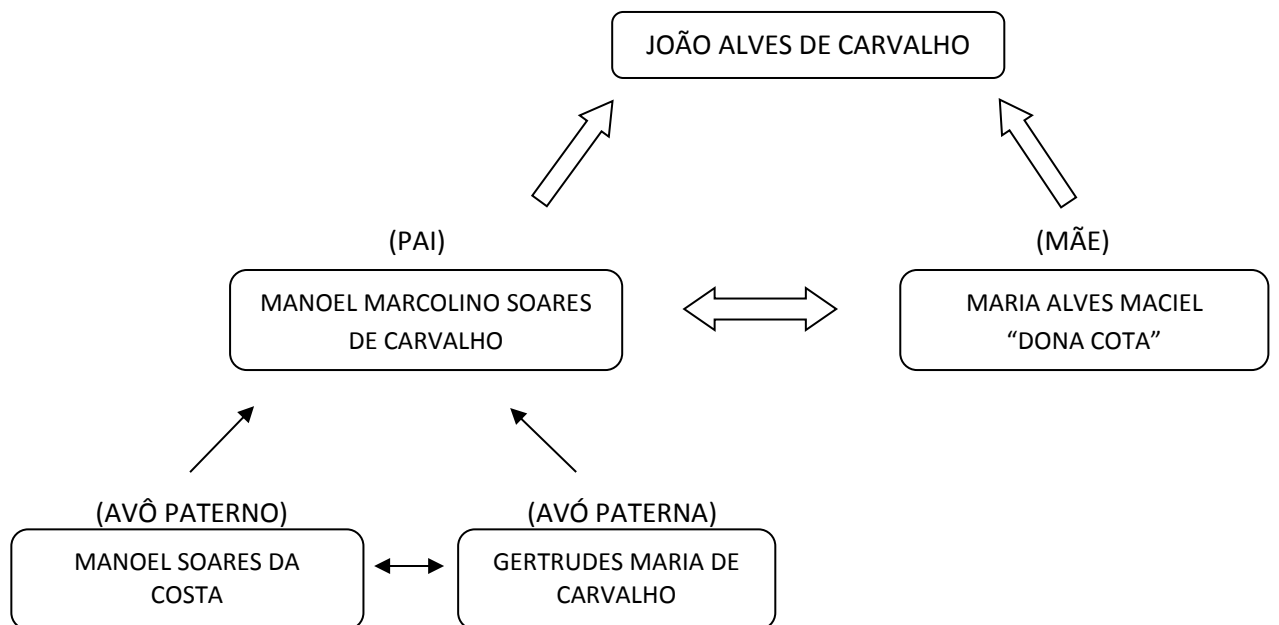
LIMA, Inácio Antônio Gomes de. [Nome de pessoa viva em prédios públicos](#). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, [ano 19](#), [n. 3922](#), [28mar.2014](#). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/27224>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

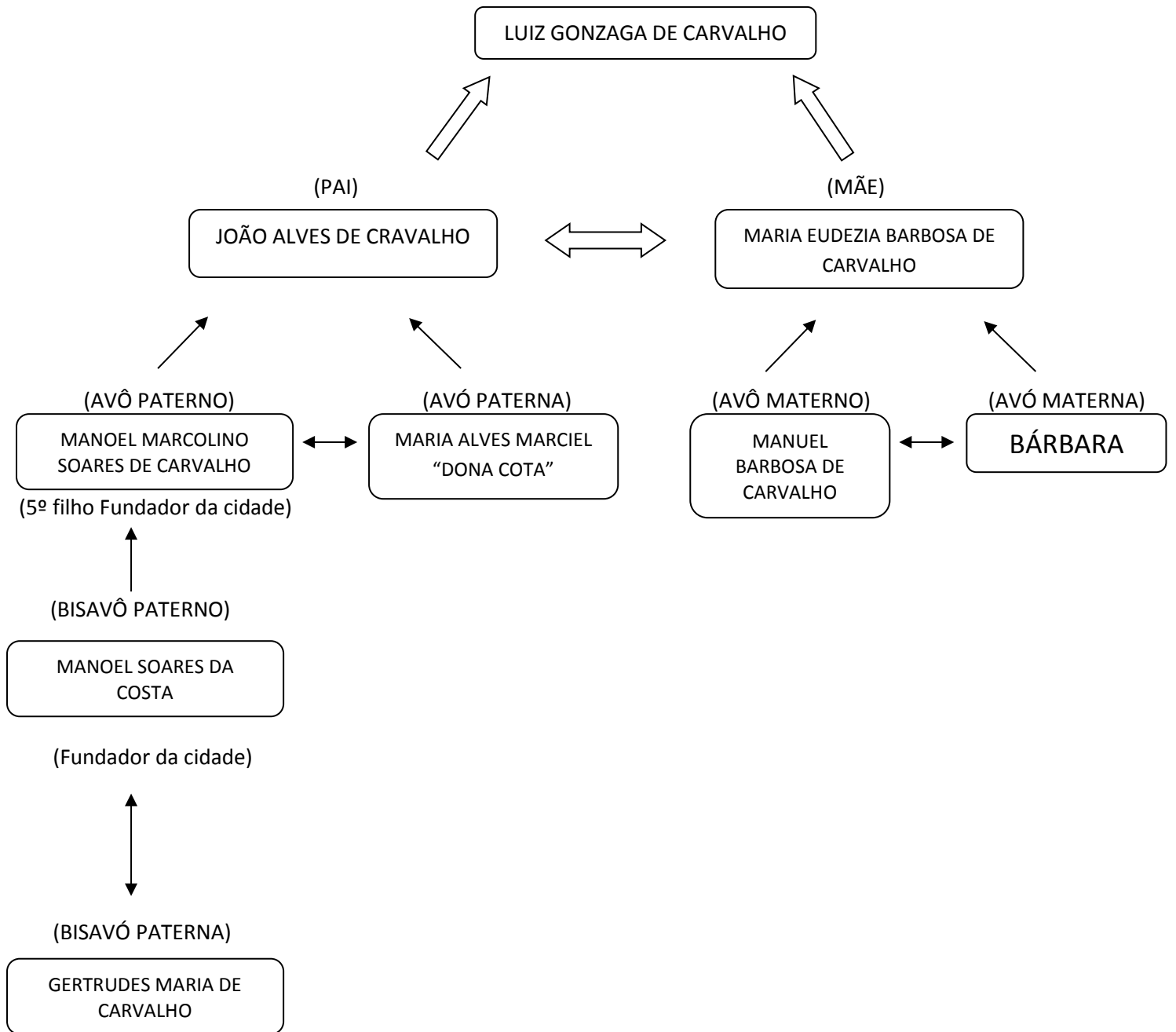
BOURDIEU, P. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense. 2004.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

HORA, J. F. Da. 2014. Cidade e Poder: Monumentalidade e Tirania em Siracusa. S.P., Labeca.

Apêndice A – Árvore genealógica dos “homenageados” família Alves de Carvalho





Apêndice B – Árvore genealógica dos “homenageados” família Neves

